

Escola Secundária de S. João do Estoril



Projecto Educativo de Escola
2007 - 2010



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
PRESSUPOSTOS.....	4
METODOLOGIA	6
FINALIDADES	10
METAS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO	11
1. Diversidade formativa	12
2. Sucesso educativo	12
3. TIC no quotidiano escolar	14
4. Espaços e equipamentos	15
5. Trabalho cooperativo	16
6. Comunidade Educativa	16
7. Observatório de desempenho da escola	16
FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO	19
AVALIAÇÃO DO PEE.....	20
BIBLIOGRAFIA	24



INTRODUÇÃO

O presente documento visa a clarificação das finalidades e dos objectivos orientadores da política educativa da Escola Secundária de S. João do Estoril, constituindo-se como referência das práticas da comunidade educativa, de forma a torná-las coesas e coerentes, bem como da avaliação da qualidade e sucesso da intervenção.

A reflexão e as opções apresentadas partiram da análise do relatório final de auto-avaliação da escola, elaborado pela Doutora Maria Emília Catela, professora desta escola, o qual apresenta uma caracterização e um diagnóstico que serviu de ponto de partida para a elaboração deste documento.

Os capítulos a seguir apresentados devem ser entendidos como articulados entre si, de forma a constituir as premissas para a construção colectiva e participada da escola que desejamos, procurando o envolvimento e a responsabilização progressiva de todos os intervenientes.

Acreditamos que só pelo envolvimento de todos, nomeadamente alunos, professores, auxiliares de acção educativa e encarregados de educação se garante a utilidade e a eficácia da consecução dum Projecto Educativo.



PRESSUPOSTOS

O Projecto Educativo de Escola é um instrumento fundamental na construção da autonomia:

“nele se explicitam os princípios da política educativa da Escola, os objectivos e as estratégias que orientam a sua acção tendo em conta, por um lado, o seu enquadramento no Sistema Educativo Nacional e, por outro, as especificidades do contexto local.” (Projecto Educativo 1999/2000; pág.1)

O direito à educação exprime-se pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares (Lei de Bases do Sistema Educativo).

A escola é uma organização específica de educação formal cuja realidade é socialmente construída por uma multiplicidade de actores com formação, percursos e perspectivas educativas diferentes. A sua intervenção é marcada pelos traços da sistematicidade e da sequencialidade, pelo contacto pessoal directo e prolongado, pelo interesse público dos serviços que presta e pela certificação dos saberes que proporciona (Matias Alves, 1995).

Mateu (cit. Matias Alves, 1995,:10) define organização como:

“ um sistema social complexo, multivariado e interdependente, cuja dinâmica depende não só das aptidões, valores, atitudes, necessidades e expectativas dos seus membros, dos processos sociais internos e externos, mas também das mudanças culturais e técnicas do seu contexto”

A sociedade identifica como finalidades da escola a **instrução** (transmissão e produção de conhecimentos e técnicas), a **socialização** (transmissão e



construção de normas, valores, crenças, hábitos e atitudes) e o **desenvolvimento integral** das gerações mais jovens (Matias Alves, 1995). As finalidades e funções da escola deverão ser (re)definidas no interior do “território escolar”, por consenso ou por conflito, pois orientam a construção e divulgação dos objectivos a alcançar, evitando a ambiguidade, a imprecisão ou mesmo a marginalidade da acção educativa.

A construção do PEE parte da caracterização da escola e da identificação de indicadores que permitam realizar um diagnóstico e ao mesmo tempo se constituam como referência na avaliação dos resultados da escola, em função das finalidades e objectivos, definidos colectivamente através de um processo de mobilização e participação dos diferentes actores envolvidos.

A educação é uma responsabilidade colectiva. O Projecto Educativo deve contar com o contributo de todos.

O PEE procura assim a participação, o envolvimento e a responsabilização progressiva dos actores escolares pelos processos e pelos resultados das suas práticas, destacando-se os professores e os alunos (entendidos como co-produtores do próprio acto educativo), mas contando-se igualmente com os outros funcionários da escola e com os pais e encarregados de educação (co-educadores em parceria com a escola) (Barroso, 1996).



METODOLOGIA

A ideia de escola que enforma o presente PEE tem origem num processo de auto-avaliação iniciado em 2004 por decisão do Conselho Executivo e Conselho Pedagógico. Esta iniciativa consubstanciou-se em 19 de Maio de 2004 com uma proposta intitulada “Auto-Avaliação da ESSJE – Analisar para melhorar”, da autoria da Doutora Paula Curado, professora desta escola, e que se desenvolveu em duas fases.

A primeira fase deste processo concretizou-se:

- Numa análise documental das características da escola
- Num estudo da evolução dos resultados dos exames nacionais do 12º ano
- Em entrevistas:
 - a elementos do conselho executivo;
 - a professores dos diversos departamentos;
 - a professores exercendo diferentes funções;
 - a alunos;
 - a pessoal não docente;
 - a representantes da associação de pais;
 - a representantes da autarquia;
 - a representantes da assembleia de escola.

O trabalho realizado nesta fase inicial resultou numa apresentação de um primeiro relatório intercalar em Agosto de 2004 e de um segundo relatório intercalar em Outubro de 2004. Após apresentação e recolha de sugestões em CP iniciou-se a segunda fase do processo que se concretizou pela elaboração de questionários (aprovados em Janeiro de 2005 pelo CP) a serem aplicados a professores e alunos.



Esta segunda fase do estudo teve a coordenação da Doutora Maria Emília Catela, com o seguinte desenvolvimento:

- Fevereiro de 2005 – definição da amostra (professora Maria Emília Catela)
- Março a Abril de 2005 – aplicação dos inquéritos (Conselho Executivo)
- Abril a Junho de 2005 – Tratamento estatístico (professor Rui Almeida)
- Maio a Setembro de 2005 – Análise e interpretação de resultados e relatório (professora Maria Emília Catela).
- Julho de 2005 – Apresentação, em CP, dos resultados relativos aos inquéritos aplicados aos professores do regime diurno (professora Maria Emília Catela)
- Outubro de 2005 – Apresentação dos resultados associados aos inquéritos aplicados aos alunos do regime diurno e aos professores do regime nocturno (professora Maria Emília Catela)
- Novembro de 2005 – Elaboração do relatório final (Auto-avaliação de Escola – 2ª fase – Inquéritos. Interpretando os resultados (professora Maria Emília Catela).

Em Janeiro de 2006, o corpo docente desta escola, em sede de departamento/áreas disciplinares, e os alunos, conjuntamente com os seus directores de turma, efectuaram a apreciação do relatório final de auto avaliação. Face à quantidade de informação que o relatório da auto-avaliação proporcionava, impunha-se que cada um dos intervenientes mais directos na vida da escola elege-se as suas prioridades.

Após a selecção e recolha dessas preocupações e contributos efectuou-se uma síntese que procurou representar o conjunto de percepções mais significativas sobre a realidade escolar. Esta síntese foi discutida e validada pelo Conselho Pedagógico de Março de 2006.

Terminada esta fase, na qual se identificaram três dimensões prioritárias, todos os professores da escola foram convidados a aderir a três grupos de trabalho¹ no sentido de operacionalizar áreas e estratégias de intervenção que configurassem

¹ Grupo de trabalho: dimensão organizacional; dimensão ensino-aprendizagem; dimensão relacional.



a elaboração do próximo PEE. Não obstante a realização de várias reuniões de trabalho, este processo não obteve a adesão dos professores da escola para além dos intervenientes que constituíram a formação inicial desses grupos.

Perante a situação de impasse, foi criado um novo grupo de trabalho, mais pequeno e mais operacional, que permitiu o desenho do PEE em termos globais. Este grupo construiu um documento designado “Documento Orientador do Projecto Educativo de Escola” que foi apresentado num Conselho Pedagógico alargado aos Coordenadores de Área Disciplinar 2006 e que suportou a construção do actual PEE.

Posteriormente, foi constituído outro grupo que, trabalhando a partir do “Documento Orientador”, reorganizou as áreas de intervenção, explicitou os objectivos específicos e apresentou, para cada um deles, exemplos de operacionalização. Todo este trabalho envolveu uma estreita colaboração com os elementos do Conselho Pedagógico que foram chamados a validar as propostas que entretanto foram sendo discutidas e ajustadas.

Assim, o presente documento assume-se como o ponto de partida de um percurso acompanhado que terminará com a avaliação final. Entre estas fases encontram-se as de desenvolvimento e implementação, que ficarão a cargo das estruturas pedagógicas intermédias e/ou órgãos de administração e gestão (às quais pertencem intervenientes de diferentes quadrantes) e serão essas as responsáveis pela definição das estratégias de operacionalização do próprio Projecto Educativo.

Por acreditarmos que só desta forma se garante a utilidade dum Projecto Educativo, deixamos clara a necessidade de envolvimento de todos os intervenientes na vida escolar, nomeadamente alunos, professores, auxiliares de acção educativa e encarregados de educação e, sobretudo, do suporte e dinâmica dos órgãos de gestão da escola.



Na prática, todos os intervenientes na vida da escola, sem excepção, e os professores, em particular (através dos seus departamentos e outras estruturas em que se integram), serão chamados a estudar os contributos para a concretização do presente projecto. Essa contribuição ganhará corpo nas propostas para o Plano Anual de Actividades de cada ano de vigência deste Projecto Educativo e no Projecto Curricular de Escola, enquanto apropriação local do currículo nacional, expressa pelas suas opções pedagógico-didácticas e de organização e gestão curricular.



FINALIDADES

O Projecto Educativo de Escola para o próximo triénio deverá, naquilo que for exequível, responder satisfatoriamente à seguinte interrogação: **qual a escola que desejamos?**

- Uma escola onde as aprendizagens, o ensino e a relação pedagógica em geral não seja algo de exclusivamente íntimo a cada docente e onde os professores produzam e desenvolvam materiais que viabilizem o aumento da qualidade dos contextos de aprendizagem.
- Uma escola onde as tecnologias de comunicação e informação façam parte do quotidiano e não sejam a excepção.
- Uma escola onde o espaço esteja equilibradamente ocupado com as diversas actividades lectivas e não lectivas.
- Uma escola onde os espaços de encontro dos professores com os seus alunos – os Conselhos de Turma, as visitas de estudo, etc., encontrem outras oportunidades, mais fluidas, em que os procedimentos e os pormenores não se sobreponham às vontades e aos “pormenores”.
- Uma escola onde a eficácia assente em racionalidades técnicas, se associe uma preocupação com o respeito e o bem-estar de todos os intervenientes.

Assim, e como atrás se disse, pretende-se construir um projecto que, mais do que um documento acabado, sirva de ponto de partida para a fase que se deve seguir, ou seja, o estabelecimento de estratégias e actividades de desenvolvimento, a sua implementação e respectivo acompanhamento.



METAS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO

O PEE dá sentido à intervenção da escola, orientando a actividade educativa através de metas e opções colegialmente assumidas, tendo em conta a especificidade da escola e contribuindo para o reforço da sua identidade. Enquanto elemento congregador da comunidade educativa, deverá identificar as opções e as prioridades que representam o compromisso entre o possível e o desejável, na procura da eficácia e da eficiência.

Estabelecem-se, assim, as seguintes Metas:

1. Promover um sentido de pertença, aberto ao diálogo e à tolerância, aceitando e respeitando as diferenças, numa escola inclusiva que acolha e responda às motivações e necessidades de todos os alunos e de cada um.
2. Garantir a equidade no acesso e no sucesso educativo, proporcionando a diversidade formativa, alargando as experiências educativas e dando resposta à ambição social e profissional dos jovens e suas famílias.
3. Promover o desenvolvimento integral dos jovens e a educação para a saúde, valorizando as aprendizagens sociais e relacionais e o exercício responsável da cidadania.
4. Promover uma cultura de participação que afecte o quotidiano da escola e a transforme numa efectiva comunidade educativa.
5. Promover uma prática reflectida e fundamentada, colegialmente consertada e geradora de soluções inovadoras.
6. Promover a imagem e reforçar a identidade da escola.
7. Acautelar espaços de trabalho funcionais e confortáveis.
8. Construir uma escola onde, à eficácia assente em racionalidades técnico-pedagógicas, se associe uma preocupação com o respeito, o bom relacionamento e o bem-estar dos intervenientes.



Das metas acima enunciadas, emergem **áreas de intervenção**, cada uma explicitada em **objectivos específicos**. Por sua vez, para cada um destes são dados **exemplos de operacionalização**, como segue:

1. Diversidade da oferta formativa (Metas n.º 1, 2, 3, 6 e 8)

- i. **Caracterizar e acompanhar os percursos escolares dos alunos:** analisar/avaliar o percurso do aluno, em conjunto com o próprio, os serviços de orientação escolar e os encarregados de educação numa perspectiva do encaminhamento mais adequado; monitorizar o percurso destes alunos.
- ii. **Diversificar ofertas educativas:** oferecer cursos que respondam às necessidades dos alunos – em termos de número, de variedade ou de turno (diurno ou nocturno) – e de acordo com um plano conjunto das escolas do concelho.
- iii. **Fomentar intercâmbios escolares (nacionais e estrangeiros),** como oportunidade de conhecer outras realidades.
- iv. **Participar em *projectos de inovação pedagógica* ou outros,** locais, regionais, nacionais e internacionais.
- v. **Oferecer oportunidades diversificadas de formação,** na área da saúde e outras.

2. Sucesso educativo (Metas n.º 1, 2, 3, 4, 5 e 8)

- i. **Caracterizar e acompanhar os percursos escolares dos alunos:** analisar/avaliar o percurso do aluno; analisar com o aluno e o encarregado de educação as dificuldades detectadas e a forma de as ultrapassar; assumir compromissos de co-responsabilização com os



alunos e os encarregados de educação; oferecer oportunidades de apoio psicológico e/ou pedagógico.

- ii. **Adoptar metodologias e estratégias diversificadas visando o sucesso educativo:** adequar e variar as metodologias e estratégias para cada turma/aluno.
- iii. **Implementar o Projecto Curricular de Turma (PCT):** produzir um projecto curricular interdisciplinar; articular esse projecto com as actividades de complemento curricular.
- iv. **Caracterizar o insucesso escolar e implementar medidas que permitam reduzi-lo:** analisar/avaliar os resultados dos alunos – por turma/disciplina/ano; definir objectivos de sucesso por disciplina/ano; conhecer as taxas de abandono e as causas; desenvolver acções que contribuam para a redução dessas taxas e para o aumento do sucesso; definir planos de apoio e medidas compensatórias.
- v. **Promover tutorias de acompanhamento de casos de risco de insucesso escolar:** criar a figura do Tutor; accionar o trabalho conjunto entre o Director de Turma e o Tutor.
- vi. **Promover respostas educativas adequadas para os alunos com necessidades educativas especiais:** identificar as situações que requerem medidas educativas específicas no âmbito da educação especial; organizar o processo de ensino – aprendizagem desses alunos, em conjunto com os professores do conselho de turma e, em particular, com os directores de turma e os encarregados de educação; monitorizar/acompanhar o processo numa perspectiva de partilha com os elementos da comunidade educativa envolvidos no processo.
- vii. **Promover a prática da actividade física e desportiva, nomeadamente a participação no Desporto Escolar:** oferecer oportunidades de prática variadas através de actividades



extracurriculares; desenvolver um plano de actividades desportivas alargado e diversificado.

- viii. **Educar para a cidadania, nas suas várias vertentes:** aproveitar todas as situações escolares para exercer esta tarefa, nomeadamente a 3.^a hora da Direcção de Turma.
- ix. **Reconhecer o mérito quer a nível académico quer a nível de valores:** instituir o quadro de valores; motivar os alunos para a importância do sucesso académico; dar visibilidade aos alunos excelentes.
- x. **Aproximar e ajudar a inserir os jovens na vida profissional:** promover iniciativas em que, nomeadamente, através de testemunhos, se dêem a conhecer aos alunos diversos sectores profissionais.
- xi. **Exercer uma gestão, a todos os níveis, dirigida à melhoria dos procedimentos, à eficácia dos processos e à conquista de uma qualidade educativa e pedagógica crescente e inovadora:** reflectir sobre os procedimentos adoptados e procurar soluções alternativas mais eficazes e inovadoras; apostar e investir na formação e qualificação dos professores.

3. TIC no quotidiano escolar (Metas n.º 2, 6 e 8)

- i. **Facilitar as tarefas dos professores, libertando tempo para acompanhamento dos alunos e trabalho cooperativo:** equipar os espaços de aula de modo a permitir a optimização dos recursos dos programas Sige e Prodesis.
- ii. **Gerir os recursos assegurando o acesso por parte da comunidade escolar:** renovar e aumentar os equipamentos e os espaços de acesso à rede informática.



- iii. **Desenvolver estratégias de ensino e de aprendizagem otimizando os recursos e as potencialidades das TIC na construção e partilha do conhecimento:** aumentar o número de aulas com recurso às novas tecnologias; aumentar a diversidade de metodologias utilizadas na sala de aula com o recurso às TIC; aumentar a partilha de conhecimentos e o trabalho cooperativo entre professores – da mesma área disciplinar ou não.
- iv. **Optimizar os circuitos de comunicação:** manter actualizado a página web da escola; criar um endereço de correio electrónico de escola para todos os professores; utilizar este meio ou a plataforma Moodle para fazer convocatórias (com OT) e avisos, enviar documentos para análise e outros; estudar a possibilidade de introduzir e implementar novos suportes de informação visual – ecrãs LCD.

4. Espaços e equipamentos (Metas nº 7 e 8)

- i. **Criar, recuperar e preservar um contexto físico e psicológico agradável:** melhorar espaços de trabalho e de estar, tanto para alunos como para professores, dando prioridade a critérios pedagógicos e de bem-estar.
- ii. **Equipar em domínios diversificados:** adquirir equipamentos, através de um plano anual e plurianual baseado num levantamento regular de necessidades; preparar as salas de aula de modo a permitir a utilização de recursos diversificados.
- iii. **Optimizar os serviços e outras estruturas de apoio e complemento à comunidade escolar:** criar canais de informação que permitam rentabilizar os recursos existentes.



5. Trabalho cooperativo (Metas n.º 1, 4 e 8)

- i. **Fomentar e motivar a participação activa e cooperante dos elementos da comunidade no processo educativo:** melhorar a comunicação entre os intervenientes, nomeadamente com a Associação de Pais, de modo a conseguir contribuições mais significativas.
- ii. **Assumir compromissos centrados no percurso escolar dos alunos face ao sucesso a atingir:** encontrar estratégias comuns e criar um plano de trabalho para a turma assumido por todos os professores do conselho de turma, alunos e famílias.
- iii. **Promover a articulação com as famílias:** delinear, em conjunto com a Associação de Pais, as competências do representante dos Encarregados de Educação por turma.

6. Comunidade Educativa (Metas n.º 1 e 6)

- i. **Projectar a escola na comunidade:** desenvolver estratégias para reforçar a identidade da escola e o sentido de pertença da sua comunidade; encontrar processos variados para dar a conhecer a escola à comunidade circundante.
- ii. **Alargar o conceito de comunidade:** incentivar parcerias e protocolos; chamar a comunidade circundante às iniciativas escolares; promover vivências de participação e intervenção na comunidade, nomeadamente o trabalho de voluntariado e a vida cultural e social.

7. Observatório de desempenho da escola (Metas n.º 5 e 8)

- i. **Fazer o acompanhamento das actividades pedagógicas e daquelas que constituem o seu suporte, à medida que se vão desenrolando:** recolher regularmente informação sobre as



actividades; constituir uma base de dados; disponibilizar informação e notícias sobre as actividades.

- ii. **Caracterizar o desempenho da escola:** estabelecer momentos de auto e hetero-avaliação e criar os respectivos instrumentos; analisar e reportar os resultados, fazendo as recomendações necessárias.

Em função da metodologia atrás apresentada e tendo como centro o Aluno, os diversos intervenientes definirão, de acordo com as áreas de intervenção enunciadas, as **estratégias de operacionalização** para as actividades correspondentes ao seu nível de actuação. Listam-se abaixo os intervenientes implicados:

- Alunos
- Áreas Disciplinares
- Assembleia de Escola
- Associação de Estudantes
- Associação de Pais e Encarregados de Educação
- Conselho Executivo
- Conselho Pedagógico
- Conselhos de Turma
- Coordenador das Ofertas Formativas no Âmbito das Novas Oportunidades
- Coordenadores de Directores de Turma (regime diurno e nocturno)
- Coordenadores de Projectos
- Coordenadores ou responsáveis pelos Serviços de Apoio
- Delegados e Subdelegados de Turma
- Departamentos
- Directores de Curso
- Directores de Instalações
- Directores de Turma (regimes diurno e nocturno)
- Encarregados de Educação



- Pessoal não Docente
- Professor Orientador da Formação em Contexto de Trabalho
- Professores
- Professores de Orientação Escolar e de Educação Especial
- Representante das Autarquias
- Representantes de Encarregados de Educação por Turma

É importante clarificar que estas áreas de intervenção pressupõem que anualmente seja elaborado pelos Conselhos Executivo e Pedagógico um documento que contemple as prioridades e a operacionalização dos respectivos objectivos e os quantifique, tanto quanto possível. Tal operacionalização constituirá a base para o Plano Anual de Actividades.



FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

É variado o modo como metas e objectivos podem ser postos em prática. As formas de operacionalização têm, desde há muito, sido diversas e pode recorrer-se a qualquer dos formatos existentes ou, mesmo, a formatos novos que, porventura, se venham a desenvolver.

Os que conhecemos e se encontram em curso na escola podem caracterizar-se da seguinte maneira:

- Projectos² (e Clubes³)
- Apoios Educativos
- Salas de Estudo
- Visitas de Estudo
- Serviços de Apoio
- Concursos / Intercâmbios
- Outras actividades
- OPTL (Ocupação Plena dos Tempos Lectivos)

² Escolares, regionais, nacionais e internacionais.

³ Cada clube é considerado como um conjunto de projectos sob um mesmo tema geral.



AVALIAÇÃO DO PEE

Um plano educativo de escola é um conjunto de intenções que pretendem enquadrar as actividades educativas, ou de seu suporte, que são postas em prática na instituição respectiva.

Isto significa que, de um *plano geral de partida*, que apresenta grandes objectivos institucionais, como é o caso vertente do PEE, até à execução das *actividades* no terreno – organizadas intencionalmente para proporcionar a consecução dos objectivos desse plano – existe uma sucessão de níveis de objectivos, até chegar às respectivas formas de concretização – as actividades.

Estas, por sua vez, são o meio através do qual as intenções estabelecidas nos objectivos (aos vários níveis) são alcançadas pela população-alvo.

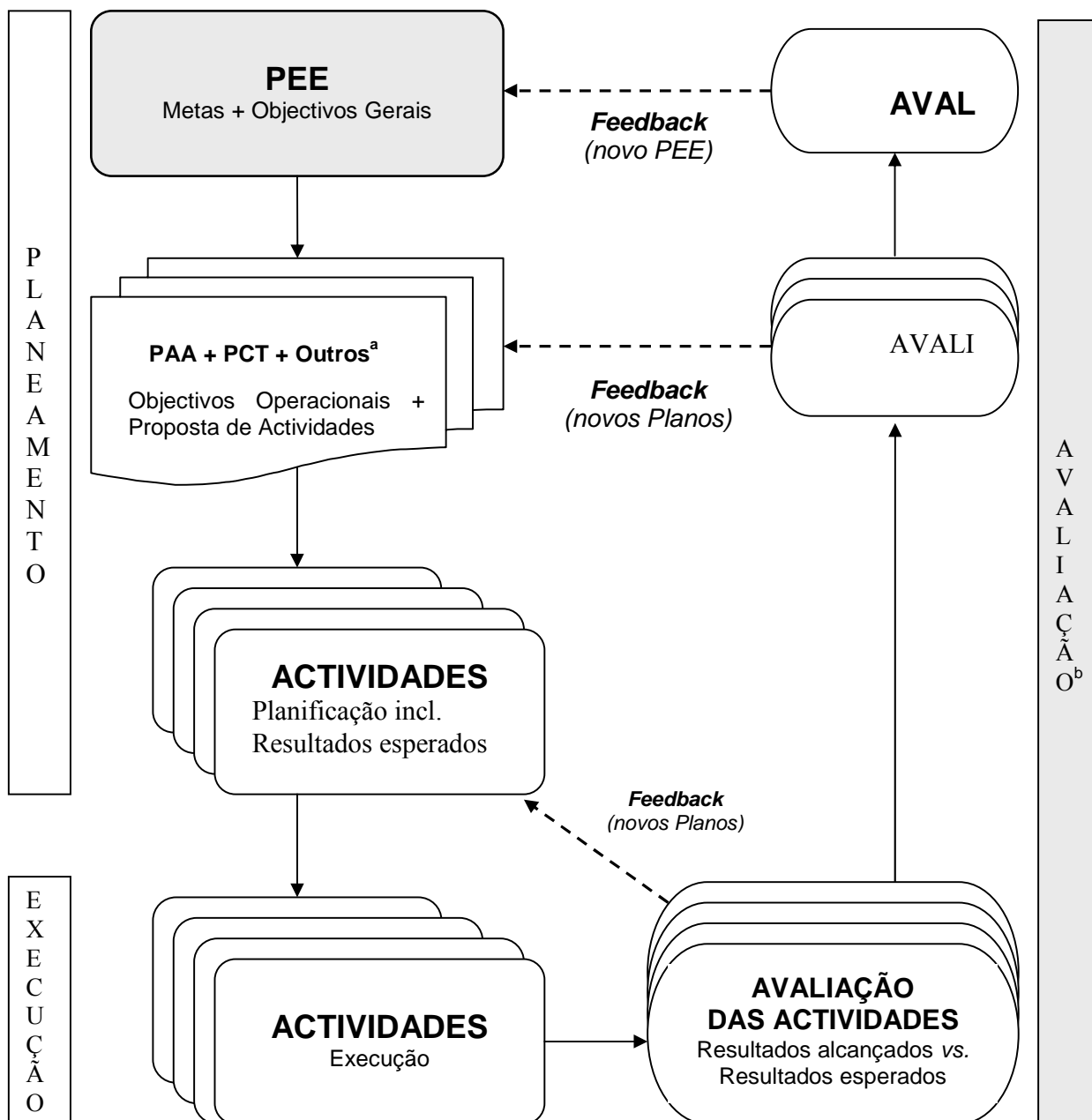
Ora, qualquer *plano* (de objectivos e ou de actividades), para que assegure uma implementação rigorosa e eficaz, requer, à partida, a previsão de um momento de avaliação. A maneira como esta for estruturada – calendário, critérios, instrumentos etc. – enformará a planificação de cada actividade que concretiza aquele plano.

O exercício de *avaliação* pode ser executado nos vários momentos desta cadeia. No caso do PEE, faz sentido que, tratando-se de um plano de aplicação trienal, se eleja o final de cada ano lectivo para avaliar o progresso da sua consecução. Mas como a sua concretização se faz, no final da cadeia de planificações, através das actividades constantes no PAA e outras, são estas a base daquela avaliação. Por isso, a avaliação do PEE inicia-se em sentido inverso ao do exercício do planeamento, isto é, começando pelas actividades e seguindo até aos planos anuais (quer os PAAs quer os planos das restantes actividades dos três anos de vigência do PEE), subindo depois ao plano trienal, o PEE. Portanto, a avaliação final, global, do PEE será conseguida apenas no final desses três anos, tendo por



base uma sucessão de avaliações parciais que foram sendo executadas ao longo do tempo. O diagrama que abaixo se apresenta esquematiza este processo.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PEE



Legenda: PEE – Projecto Educativo de Escola; PAA – Plano Anual de Actividades; PCT – Plano Curricular de Turma.



^a São também actividades da Escola, passíveis de planeamento e avaliação, as que pertencem aos **serviços de apoio** (*i. a.* serviços especializados de apoio educativo – Ed. Especial e SPO; OPTL), **serviços para espaços e equipamentos** (*i. a.* Direcções de Instalações; Conselho Executivo), **serviços de gestão** (*i. a.* Coordenadores, Conselho Executivo, Observatório).

^b Cada PEE (trienal) dá origem a três PAAs e demais planos para cada área de actuação da Escola, que, por sua vez, incluem *n* actividades. Cada um destes níveis será objecto de avaliação, contribuindo esta para a avaliação do que lhe está imediatamente acima.

Sintetizando, a avaliação do PEE dever-se-á fazer em três abordagens, cada uma tendo lugar em momentos diferentes do processo de implementação deste Plano:

1. A primeira abordagem, em termos cronológicos, refere-se à **avaliação das actividades**, quer as inscritas no PAA quer outras, cada uma de *per si*. Esta avaliação compete, portanto, ao coordenador ou responsável pela execução de cada actividade.
2. A segunda abordagem refere-se às **avaliações de acompanhamento da implementação do PEE**, a ter lugar anualmente, incidindo, idealmente, sobre a unidade que é cada ano lectivo e sobre o PAA respectivo e demais planos desse ano, sua implementação e resultados alcançados – ou seja, a **avaliação do PAA e demais planos** e sua **relação com o PEE**. Subjaz a esta abordagem o facto dos três PAAs e demais planos anuais, que serão propostos e aplicados durante a vigência deste PEE, não serem mais do que a concretização dos objectivos gerais por este eleito. Esta avaliação compete à Escola, eventualmente ao coordenador ou responsável pela implementação do PAA e dos outros planos.
3. A terceira abordagem refere-se à **avaliação global do PEE**, no final da sua vigência, tendo como recursos as avaliações dos três PAAs e demais planos anuais a que deu origem e a apreciação do grau (forma, etc.) de consecução dos objectivos expressos no PEE. Tal avaliação compete à Escola.



A **avaliação de cada actividade do PAA e dos demais planos anuais** deverá ser incluída à partida no plano que para aquela (actividade) se delinear, sendo que o seu planeamento deverá estar em conformidade com os demais elementos que a definem. Desta avaliação deverá resultar, pelo menos, (1) um apanhado dos dados envolvidos no desenvolvimento da actividade, (2) informação sobre o processo de desenvolvimento e (3) uma reflexão final sobre os resultados alcançados, em comparação com os resultados esperados.

As avaliações de cada actividade contribuirão para os resultados da **avaliação de acompanhamento do PEE**, assim fornecendo, em conjunto, uma visão completa sobre o grau de consecução das metas e dos objectivos nele estabelecidos. Desta visão deverá resultar uma lista de intervenções necessárias à melhoria da implementação do PEE para o ano seguinte, a ser contemplada, portanto, no novo PAA e nos planos anuais das restantes actividades.

A **avaliação global do PEE** constituir-se-á numa análise a executar no final do triénio a que o Projecto respeita, em que serão aprofundadas as avaliações parcelares de acompanhamento. Este aprofundamento deverá ir mais longe do que um mero somatório das avaliações parcelares, recorrendo-se a um instrumento próprio, que possa indagar, junto dos intervenientes das actividades, sobre os variados aspectos da sua execução. Os resultados que emergirem deste exercício deverão alimentar a revisão do PEE (*feedback*), dando origem a um novo Projecto Educativo de Escola, com as melhorias e progressos consequentes. Este será o processo, por excelência, que assegurará o cumprimento das metas estabelecidas e a melhoria sistemática na direcção de uma qualidade crescente da Escola.





BIBLIOGRAFIA

- 📖 ALVES, José Matias (1995). *Organização, Gestão e Projecto Educativo das Escolas*. Porto: Edições ASA, Cadernos Pedagógicos, nº 5, 3ª edição.
- 📖 BARROSO, João (1995). *Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola*. Instituto de Inovação Educacional, Cadernos de organização e gestão escolar.
- 📖 BARROSO, João (1996). "O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída" In *O estudo da escola* (org João Barroso). Porto: Porto Editora.
- 📖 CATELA, Maria Emília (2005): "Auto-Avaliação da Escola - 2ª Fase. Inquéritos: Interpretando Resultados". S. João do Estoril: ESSJE (policopiado).
- 📖 CATELA, Maria Emília (2005a): "Auto-Avaliação da Escola: Amostragem". S. João do Estoril: ESSJE (policopiado).
- 📖 COSTA, Jorge Adelino (1996). *Imagens organizacionais da escola*. Porto: Edições ASA.
- 📖 CURADO, Ana Paula (2004). "Auto-Avaliação da Escola: 1º Relatório Intercalar". S. João do Estoril: ESSJE (policopiado).
- 📖 CURADO, Ana Paula (2004a). "Auto-Avaliação da Escola: 2º Relatório Intercalar". S. João do Estoril: ESSJE (policopiado).
- 📖 FORMOSINHO, João (1993). "Organizar a Escola para o (in)sucesso educativo" In *Contributos para uma outra prática educativa*. Porto: Edições ASA, Cadernos Pedagógicos, nº 4.



- 📖 LEMOS, Jorge (2005). “Contributos para a construção do Projecto Educativo de Escola e do Plano Anual de Actividades” Adaptado de um documento elaborado pela Unidade de Acompanhamento e Apoio ao Regime de Autonomia, Administração e Gestão – Ministério da Educação (1999).

- 📖 Projecto Educativo 1999/2000, ESSJE (policopiado).